



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1064/2026
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
LICITAÇÃO AMPLA DISPUTA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IVAÍ E REGIÃO - CISVIR, inscrito no CNPJ sob nº 01.010.042/0001-76, sediado à Avenida Santa Catarina nº 1325, Jardim Apucarana – Apucarana – PR, por intermédio da Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria N.º 012/2026, **TORNA PÚBLICO** para conhecidos interessados que, fará realizar licitação na modalidade na forma **ELETRÔNICA, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, bem como Lei Complementar Federal 123/2006, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETO

1.1. Considerando as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas posteriores alterações, bem como conforme exposto nos documentos da fase preparatória deste processo, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, realizará processo licitatório através do procedimento de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando registrar preços para eventual aquisição de equipamentos coletores (bolsas de colostomia/ileostomia, urostomia) e adjuvantes de proteção e segurança, para distribuição gratuita mensal aos pacientes cadastrados no Programa de Ostomizados deste Consórcio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. As condições desta aquisição, quantidades e exigências, estão estabelecidas neste Edital e item 1.2 do ANEXO I - Termo de Referência.

1.3. O valor máximo estimado para a presente despesa é de **R\$ 11.631.738,00 (onze milhões, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e trinta e oito reais)**.

1.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item

1.5. MODO DE DISPUTA: aberto

1.6. A sessão pública será realizada via rede mundial de computadores (internet) através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>, a ser dirigido nas dependências do Departamento de Licitações e Contratos, localizado na Avenida Santa Catarina, 1.325, Jardim Apucarana, Paraná, CEP 86.804-015.



1.6.1. O registro das participantes e de suas propostas de preço, junto ao sistema que se refere o item 1.6 e poderão ocorrer até às **08h59 do dia 15/05/2026 e a disputa dar-se-á as às 9h00 do dia 15/05/2026.**

1.6.2. A sessão pública na internet será aberta pela pregoeira com a utilização de sua chave de acesso e senha, a partir do encerramento do prazo estabelecido no item **1.6.1.**

1.7. Para todas as referências de Tempo será observado horário de Brasília – DF.

1.8. A pregoeira e equipe de apoio são os designados pela **Portaria nº 012/2026.**

1.9. Este edital não prevê a reserva de cotas nem a exclusividade de participação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Ressalta-se, contudo, que será assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. A não adoção de cotas encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência, onde estão demonstrados os fundamentos técnicos que embasam tal decisão.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio <https://www.gov.br/compras>.

2.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CISVIR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.



- 2.4.** Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.
- 2.5.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 2.6.** Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 2.7.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.8.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.9.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou em qualquer fase do processo de licitação.
- 2.10.** Nesta contratação, será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).
- 2.10.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.11.** A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no ANEXO II para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação.

2.12. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.13. Não poderão disputar desta licitação:

2.13.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.13.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.13.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.13.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.13.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.13.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.13.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.13.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.13.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.14. O impedimento de que trata o item 2.13.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.15. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.13.2 e 2.13.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.16. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.17. O disposto nos itens 2.13.2 e 2.13.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.18. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.19. A vedação de que trata o item 2.13.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. Caso o sistema não contemple tal campo, a licitante deve apresentar a Declaração Unificada - Anexo 4, do edital que abrange aos subitens acima, a qual deve ser anexada juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4.3 ou 3.4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e Total do item/lote;

4.1.2. Marca e modelo do produto se aplicável;

4.1.3. Fabricante, se aplicável;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. A proposta deve contemplar a totalidade das quantidades indicadas para o(s) item(ns) ao(s) qual(is) o licitante ofertar proposta, não sendo aceitas propostas que incluam quantidades inferiores ou superiores às especificadas para aquele(s) respectivo(s) item(ns).

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Nos casos em que houver a possibilidade de prever preços diferentes para o objeto da licitação, as condições serão regidas pelo inciso III do art. 82 da Lei 14.133/2021.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte das contratadas pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



- 5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total ou unitário do item ou lotes e seus itens.
- 5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9.** Serão aceitas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, para os itens que estão sendo licitados.
- 5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12.** Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto a Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.1.5. Empresas brasileiras;



5.20.1.6. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.1.7. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

5.21.4.1. Os documentos complementares, compreendem, conforme o caso: planilha de composição de custos, folders, cartilhas, panfletos, catálogos, ou seja, quaisquer documentos necessários a comprovação das características mínimas do produto/serviço ofertado.

5.21.4.2. A proposta deverá ser preenchida, preferencialmente, de acordo com o modelo ANEXO 3, deste edital de licitação.

5.21.4.3. A licitante deve adequar redação do item em conformidade ao objeto licitado e ao critério de julgamento já estabelecido no edital.

5.21.4.4. Deverá constar na proposta a indicação de PREPOSTO, responsável pelo contato durante todo período de execução contratual/ata de registro de preços, sendo, Nome, CPF, número de telefone direto e endereço de e-mail.

5.21.4.5. A prorrogação de que trata o item **5.25.4**, poderá ocorrer nas seguintes situações:

5.21.4.5.1. Por solicitação do(a) licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

5.21.4.5.2. De ofício, a critério do(a) agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o(a) substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

5.22. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.13 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná <https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx>;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A fase de habilitação se dará posterior a fase de lances e julgamento portanto será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de até **02 (duas)** horas após a solicitação da pregoeira ao licitante vencedor, sob pena de inabilitação.

7.1.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira, ou a critério da pregoeira devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo

7.1.3. Os documentos comprobatórios que trata o item **7.2. e seus subitens**, deverão encontrarem-se **vigentes** na data de abertura da sessão, sob pena de inabilitação da licitante.

7.1.4. Aos documentos que não mencionarem prazo de validade será atribuído prazo de **90 (noventa) dias de eficácia**, contados da data de emissão, salvo disposição contrária expressa em Lei.

7.1.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.2. As licitantes deverão anexar para fins de sua habilitação no certame os seguintes documentos:

7.2.1. Habilitação jurídica:

7.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

7.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2.1.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.2.1.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.2.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, podendo ser substituído pelo Alvará.

7.2.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.2.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.2.6.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.2.7. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

7.2.2.8. Deverá ainda, apresentar as seguintes declarações, conforme disposto no modelo constante do Anexo 4 deste edital, de que:

- a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o CISVIR, bem como não se encontra declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CISVIR OU QUE EXERÇAM



FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO CISVIR, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nessa Declaração.

e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

7.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7.2.4. Qualificação Técnica

7.2.4.1. Atestado de aptidão técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que a participante já tenha fornecido objeto da mesma natureza ou similar ao ora licitado, devendo conter endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou qualquer outra forma que possibilite o Consórcio valer-se para manter contato. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo



empresarial da empresa Proponente, ou em caso negativo declara no próprio documento, observando a validade dos atestados para serviços contínuos.

7.2.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.2.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.2.4.4. Caso haja exigência de outros documentos de natureza técnica, estes estarão previstos no Termo de Referência e deverão ser apresentados na fase de habilitação.

7.3. Alvará de Funcionamento, este alvará deverá ser pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do presente edital, dentro do seu prazo de validade, em nome da interessada no credenciamento.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados via digital ou mediante envio a servidor do departamento de licitações e contratos do órgão licitante.

7.6.1. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação o, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.1.1. Essa diligência é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital ou apresentar possíveis inconsistências. É o que ocorre, por exemplo, quando um atestado menciona genericamente que o licitante já executou objeto semelhante, mas o edital exige algum detalhe, tal como determinada medida.

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, conforme explicito no parágrafo 1º do artigo 165 d lei 14133/2021.

7.15. O setor requisitante poderá solicitar amostras do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, após a fase de lances, com a finalidade de verificar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas.

7.15.1. A forma de apresentação, prazos, critérios de avaliação, hipóteses de reprovação e demais condições relativas às amostras encontram-se detalhadas no Termo de Referência, o qual integra o presente edital para todos os fins.

7.15.2. A não apresentação da amostra, quando solicitada, ou sua reprovação, implicará na desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação.

7.16. A pessoa física que deseje participar deverá cumprir as normas conforme IN SEGES 116/2021, e que possua estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico, demonstrando a capacidade de atender ao objeto.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que será de no máximo 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

8.1.1. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita individualmente por item, após a constatação da habilitação de licitante, com o início de etapa específica;

8.1.2. Os memoriais de razões do recurso de que trata o item 8.1 poderão ser apresentadas no prazo de até três dias úteis;

8.1.3. Os recursos apresentados serão disponibilizados para vistas dos outros licitantes que ficarão intimados desde logo, para se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de até três dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

8.1.4. Os memoriais relativos às razões e às contrarrazões de eventuais recursos interpostos deverão ser anexados em funcionalidade própria do sistema, e nos prazos que forem fixados em sessão pública pela pregoeira;

8.1.5. Deverá compor a petição a identificação do interessado, a comprovação de poderes para representá-lo quando for o caso, e ainda, informações de contato (telefone e e-mail) da mesma, salvo, já constarem do processo.

8.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

8.4.1. A intenção motivada de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

8.4.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 8.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 9.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

9.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

9.1.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela autoridade competente.

9.1.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga à aquisição do objeto licitado.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência de infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas hipóteses de prática de infrações administrativas de maior gravidade, bem como naquelas que, embora inicialmente sujeitas a sanção menos severa, justifiquem a imposição de penalidade mais rigorosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se o prazo previsto em seu art. 156, §5º..

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções será executada conforme artigo 158, §1º da lei 14133/2021.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao CISVIR.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. As impugnações ao presente Edital poderão ser realizadas até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a realização da sessão do pregão, por qualquer pessoa.

11.3. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida à Pregoeira, com indicação da modalidade e número do certame, contendo o nome e qualificação do impugnante, representante legal (se houver), número do CNPJ ou CPF, Contrato social e/ou Documento Oficial de Identificação, endereço comercial, telefone, endereço eletrônico para contato.

11.4. A impugnação poderá ser encaminhada para o Setor Administrativo - Licitações à Avenida Santa Catarina nº1325, Jd Apucarana, Apucarana/PR, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min ou ser encaminhada para o endereço eletrônico: licitacao@cisvir.com.br.

11.5. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.

11.6. Caberá ao emissor do Edital, auxiliado pelo departamento solicitante e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

11.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

11.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação com os fornecedores será formalizada por intermédio de Ata de Registro de Preços ou por instrumento contratual.

12.1.1. Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.



12.2. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços/contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.

12.3. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços. As quantidades não utilizadas dentro do período original de 12 (doze) meses não poderão ser cumuladas ao limite de aquisição para o período prorrogado, operando-se o encerramento da validade para os quantitativos não consumidos.

12.4. A partir de comunicado formal emitido pelo CISVIR, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou transportadora ou via digital.

12.5. Decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.6. Durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta.

12.7. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

12.8. A licitante vencedora obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pelo CISVIR para efeito de celebração do instrumento contratual.

12.9. Durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços o fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor público designado para esse fim.

12.9.1. As decisões e providência que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.10. O início do fornecimento ocorrerá a partir da solicitação do CISVIR, mediante emissão do respectivo empenho/requisição de compras e comunicação à contratada, devendo ser atendidas todas as condições detalhadas no Termo de Referência deste edital.

12.10.1. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.10.2. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.10.3. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.11. O prazo de garantia contratual dos bens é a garantia legal, prazo fornecido pelo fabricante e as disposições do código de proteção do consumidor, instituído pela lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

12.12. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

12.13. Será formalizado cadastro reserva de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da Lei 14.133/2021.

12.14. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

12.14.1. No CADASTRO RESERVA, será incluído o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12.14.2. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

12.14.3. Mantiverem sua proposta original.

12.14.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

12.15. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

12.16. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

12.17. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

12.18. Demais condições contratuais constam da íntegra da Minuta de Contrato/Ata anexa a este Edital (Anexo 5).

13. DO REAJUSTE (art. 92, V)

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme Art. 25, §7º, da Lei 14.133/2021.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais poderão serem reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou equivalente ao objeto, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. Deve cumprir os requisitos deste edital, especificamente quanto ao Termo de referência em sua totalidade.

16. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal pertinente em nome do CISVIR e verificação da conformidade dos produtos fornecidos.

16.2. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto ao CISVIR.

16.3. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

16.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no CISVIR em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

16.5. Conforme Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, será retido o Imposto de Renda (IR).

16.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região - CISVIR.

16.6.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

RED.	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
22	01.002.0010.0302.0002.2002	3.3.3.90.32.99.00	000	Aquisição de Materiais de Distribuição Gratuita
23	01.002.0010.0302.0002.2002	3.3.3.90.32.99.00	496	Aquisição de Materiais de Distribuição Gratuita

16.6.2. As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades da Administração Pública.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

17.3. Concluído o julgamento, a autoridade superior competente promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor e homologação do resultado.

17.3.1. Não havendo vencedor para algum dos itens, seja por resultar frustrado ou por restar deserto, o processo será remetido à assessoria jurídica para parecer quanto a possibilidade de sua homologação.

17.3.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o CISVIR firmará a contratação com o **PROPONENTE VENCEDOR** visando à execução do objeto desta licitação nos termos da Minuta que integra este Edital.

17.3.3. Sendo a licitação homologada como deserta ou frustrada na íntegra, ou seja, quando não houver vencedor para qualquer dos itens, será promovido o arquivamento do processo apenas.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. Caberá aos gestores e fiscais a plena observância sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. Na análise dos documentos de habilitação e classificação, o agente de contratação/comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.11. Nos casos de divergência ou equívocos encontrados no edital no momento da sessão ou análise da documentação, o Agente de Contratação/Comissão de licitação poderá sanar os equívocos registrando em Ata e dando conhecimento a todos.

17.12. Fica nomeada como Fiscal Geral da Ata do Consórcio, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo Artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Sr Claudenir Aparecido de Assis, conforme Anexo 1 – Termo de Referência.

17.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cisvir.atende.net

17.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.14.1. Anexo 1 – Termo de Referência;

17.14.2. Anexo 2 - Modelo de Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

17.14.3. Anexo 3 – Modelo de Proposta;



- 17.14.4.** Anexo 4 – Modelo de Declaração Unificada para Habilitação;
- 17.14.5.** Anexo 5 – Modelo da Minuta de Ata de Registro de Preços;

Apucarana, Paraná, 30 de abril de 2026.

RAFAEL FELIPE CITA
PRESIDENTE

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1064/2026**AMPLA CONCORRÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos coletores (bolsas de colostomia/ileostomia, urostomia) e adjuvantes de proteção e segurança, para distribuição gratuita mensal aos pacientes cadastrados no Programa de Ostimizados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região – CISVIR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em itens conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MÉDIA	TOTAL
1	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA: Drenável composta por bolsa transparente ou opaca, confeccionada em películas plásticas e revestimento externo macio e sem tramas de poliéster, com filtro antiodor de carvão ativado acoplado e abertura de drenagem com fechamento tipo envelope e fecho em velcro ou similar. Confeccionada em películasplasticas de etil-vinil-acetato, dicloreto de polivinila, polietileno celulósico e revestimento externo macio e sem tramas de poliester. Com barreira de resina sintética de dupla camada com formato oval, flexível, composta por pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica, óxido de ferro sintético, goma guar, SIS e PIB, com película protetora de polipropileno siliconado com demarcação e recortável de 10 a 76 mm na posição horizontal. Com bordas externas adesivas de resina sintética, delgadas flexíveis e possuindo 05 (cinco) pontos de extraflexibilidade. Previsão de permanecia na pele humana por no mínimo três dias, sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) TRANSPARENTE CÓD:15570 OPACA CÓD: 15580.	UNID.	35.000	R\$ 24,68	R\$ 863.800,00
2	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA: Drenável, opaca, com janela de inspeção para visualização do estoma, drenável, recortável de 10 - 55 mm. Bolsa de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Base adesiva plana em formato oval, composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), polisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas e 1 camada de filme elástico superior. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do	UNID.	30.000	R\$ 35,90	R\$ 1.077.000,00

	fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA MIO) OPACA CÓD: 10451.				
3	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA: Drenável, opaca com opção de visualização ou transparente, barreira com infusão de ceramidas e resina sintética flexlend, altamente absorvível e durável, adesividade e proteção periestoma. Com adesivo hipoalergênico, flexível e gás-permeável e filtro de carvão ativado desodorizante para gases. Barreira protetora: resina sintética Flexlend com infusão de Ceramidas: resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno, petrolato. Dorso da Barreira de resina: filme elastômero de poliéster. Filme protetor da barreira: filme de polietileno e silicone com guia para recorte. Bolsa: Copolímero Acetato de Vinil Etileno, Cloreto de Vinilideno. Tela Protetora - Material não tecido: Polietileno de baixa densidade. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (PREMIER CERAPLUS) TRANSPARENTE CÓD: 89321 OPACA CÓD: 8921.	UNID.	20.000	R\$ 40,55	R\$ 811.000,00
4	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA: Drenável, transparente sobreposto opaco com janela de visualização composta de camadas de filme de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), filtro de carvão ativado acoplado, tela protetora de não tecido e fechamento em velcro. Placa de resina sintética plana, recortável de 13mm até 70mm, com cinco recortes na borda da placa, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com aloe vera. Dorso da placa composta por espuma de polietileno. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo 3 dias sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: SALTS CÓD: NDAL 13.	UNID.	12.000	R\$ 39,17	R\$ 470.040,00
5	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA, PEDIÁTRICA: Infantil recortável de 8 a 40mm, drenável, sem adesivo microporoso, placa contendo seis recortes na borda, hipoalergênica, flexível, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, bolsa opaca com janela de visualização composta de camadas de filme de acetato de vinil etileno (eva) e cloreto de polivinilideno (pvdc). Tela protetora não aderente de não tecido de ambos os lados, fechamento em velcro. filtro de carvão ativado incorporado. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo 3 dias sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: SALTS CÓD: CFP8.	UNID.	2.000	R\$ 42,17	R\$ 84.340,00
6	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA: Drenável, placa recortável de 13 mm até 80 mm na vertical e 13 a 90 mm na horizontal, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), silenciosa, filtro de carvão ativado incorporado, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e fechamento em velcro macio. Com velcro auxiliar posicionado entre a camada de não tecido e de EVA para duplo fechamento. Placa de barreira de resina sintética plana, recortável de 13mm até 80mm na vertical e 13 a 90 mm na horizontal, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com Aloe Vera, garantindo a hidratação e a diminuição de irritações da pele periestomal. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Contendo cinco recortes na borda da placa para um ajuste perfeito. Previsão de 4 a 5 dias de permanência da bolsa na pele do paciente sem causar danos. Embalagem com dados de identificação do	UNID.	1.000	R\$ 62,10	R\$ 62.100,00

	produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: SALTS CÓD: NDAL 1390.				
7	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA, PLANA: Drenável opaca, com janela de inspeção para visualização do estoma, recortável de 10 - 100mm. Bolsa de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Base adesiva plana, em formato oval, composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), polisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas e 1 camada de filme elástico superior. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA MIO) OPACA CÓD: 18378.	UNID.	2.000	R\$ 53,85	R\$ 107.700,00
8	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CÔNCAVA: Drenável, opaca, com janela de inspeção para visualização do estoma. Recortável de 10-60mm. Bolsa de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Base adesiva côncava em forma de estrela, composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), poliisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em três camadas sem duas camadas adesivas com anel de estabilidade integrado na zona central e uma camada de filme elástico superior. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA MIO CONCAVE) OPACA CÓD: 18280.	UNID.	1.000	R\$ 53,85	R\$ 53.850,00
9	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CONVEXA: Drenável, transparente ou opaca, recorte inicial de 10mm a 15mm, e máximo entre 40mm a 70mm, em material plástico, atóxico hipoalergênico, maleável, silencioso e a prova de odor, com barreira de resina sintética de dupla camada, composta por pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica, sem adesivo microporoso, com haste para o cinto de sustentação. Parte externa da bolsa em poliéster não tecido hipoalergênico, que permite troca gasosa. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo três dias, sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) CÓD: 15206.	UNID.	13.000	R\$ 50,13	R\$ 651.690,00
10	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CONVEXA: Drenável, opaca com janela de visualização, composta de camadas de filme de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), filtro de carvão ativado acoplado, tela protetora de não tecido e fechamento em velcro, placa de resina sintética convexa, recortável de 13 a 52mm, com cinco recortes na borda da placa, sem adesivo microporoso, com suporte para fixação de cinto, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com aloe vera. Dorso da placa composta por espuma de polietileno. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo três dias sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no	UNID.	5.000	R\$ 77,83	R\$ 389.150,00

	Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: SALTS CÓD: XNDL 1352.				
11	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CONVEXA LIGHT OU PROFUNDA: Drenável, com convexidade macia (3.5 mm/ 7mm), que promove uma vedação segura e duradoura, barreira protetora de pele flexível composta por 3 hidrocolóides (carboximetilcelulose sódica, pectina e gelatina) e polímeros elastoméricos, altamente resistentes à umidade, recortável de 10-25 mm/ 10-35 mm/ 10-45 mm ou 10-55 mm. Bolsa em formato de 8, para melhor adaptação ao corpo e do efluente, camada externa da bolsa composta por tecido repelente à água na cor cinza quente, sendo discreta, mesmo sob a roupa branca. Opaca com janela de visualização para inspeção da estomia. Filtro de carvão ativado com sistema de proteção com camada adicional de filme, que separa o filtro da abertura da bolsa para proteger o filtro da entrada de efluentes. Fechamento integrado, de fácil higienização, abertura da parte inferior possui uma tira plana aderida à borda para facilitar a drenagem do efluente e um fecho de fixação na parte superior externa da abertura, que permite o seu fechamento, mantendo um perfil discreto, parecendo um equipamento coletor fechado. Com suporte para cinto de sustentação. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (ESTEEM BODY)	UNID.	5.000	R\$ 66,56	R\$ 332.800,00
12	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CONVEXA LIGHT: (Convexidade macia), drenável, barreira com infusão de ceramidas de resina Sintética Flexlend, altamente absorvível e durável, drenável, adesividade e proteção periestoma. Recortável de 13 a 55 mm, opaca com janela para visualização ou transparente. Com adesivo hipoalergênico, flexível e gás-permeável e filtro de carvão ativado desodorizante para gases. Barreira protetora: resina sintética Flexlend com infusão de Ceramidas: resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno, petrolato. Dorso da barreira de resina: filme elastômero de poliéster. Filme protetor da barreira: filme de polietileno e silicone com guia para recorte. Bolsa: copolímero acetato de vinil etileno, cloreto de vinilideno. Tela protetora - material não tecido: polietileno de baixa densidade. Barreira convexa: hidrocolóide, copolímero de acetato de vinil etileno, adesivo termoplástico. Com suporte para cinto de sustentação. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (PREMIER SOFT CONVEX CERAPLUS) CÓD: OPACA: 89511 E TRANSPARENTE 89611.	UNID.	5.000	R\$ 74,28	R\$ 371.400,00
13	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CONVEXA PROFUNDA: Drenável, opaca, com janela de inspeção para visualização do estoma, recortável de 10 - 43 mm. Bolsa de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Base adesiva convexa profunda, em formato oval, composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), polisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas, com linhas flexíveis integradas e 1 camada de filme elástico superior. Suporte de cinto na própria base. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST SENSURA MIO CÓD: 16456.	UNID.	10.000	R\$ 54,85	R\$ 548.500,00

14	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA COLETOR DE UMA PEÇA CONVEXA SOFT: Soft, drenável, opaca, com janela de inspeção para visualização do estoma, drenável, recortável de 10 - 50 mm. Bolsa de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Base adesiva convex soft com convexidade macia, em formato oval, composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), polisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas, com linhas flexíveis integradas e 1 camada de filme elástico superior. Suporte de cinto na própria base. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST SENSURA MIO CÓD: 16406 CINZA E 16415 TRANSPARENTE.	UNID.	10.000	RS 47,33	RS 473.300,00
15	BOLSA PARA UROSTOMIA PEDIÁTRICA SISTEMA UMA PEÇA, PLANA: Drenável. Plana. Com barreira de resina sintética. Sem adesivo microporoso, recortável no mínimo de 30 mm. Bolsa urinária. Transparente. Confeccionada de poliéster não tecido. Revestimento externo macio. Hidrofóbico, com sistema anti-refluxo. Válvula de drenagem. Adaptável a bolsa coletora de urina. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo três dias. Sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (ALTERNA) CÓD: 17480.	UNID.	1.000	RS 25,08	RS 25.080,00
16	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, PLANA: Drenável, composta de resina sintética. Plana. Sem adesivo microporoso. Com dupla camada adesiva. Recortável entre 60-80 mm. Bolsa urinária. Transparente. Confeccionada de poliéster não tecido. Revestimento externo macio. Hidrofóbico. Com sistema anti-refluxo. Válvula de drenagem. Adaptável a bolsa coletora de urina. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo três dias. Sem causar danos na pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) CÓD:11804	UNID.	1.000	RS 29,80	RS 29.800,00
17	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, PLANA: Drenável, recortável de 13mm até 70mm, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), silenciosa, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e dispositivo de drenagem confeccionado em polietileno de alta densidade com válvula de fechamento duplo que não entre em contato com pele. Placa de barreira de resina sintética plana, recortável de 13mm até 70mm, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica, infundida com Aloe Vera. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Contendo cinco recortes na borda da placa para um ajuste perfeito. Previsão de permanência na pele humana por no mínimo três dias, sem causar danos à pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: SALTS CÓD NUA 13.	UNID.	1.000	RS 57,37	RS 57.370,00
18	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, PLANA: Drenável, transparente, barreira de resina sintética flexitend, altamente absorvente, flexível e durável plana, recortável de 13 -64 mm composta por filme plástico, silencioso e anti-odor com formato anatômico. Tela protetora não aderente de não tecido e adesivo gás permeável, flexível.	UNID.	1.000	RS 64,77	RS 64.770,00

	Sistema anti-refluxo e válvula de drenagem com regulagem de jato. Com tubo conector incluso. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER CÓD: 84590.				
19	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, CONVEXA: Composta de resina sintética. Convexa leve, com ou sem adesivo microporoso. Com dupla camada adesiva. Recortável de 15-43mm. Bolsa urinária. Transparente. Confeccionada de poliéster não tecido. Revestimento externo macio. Hidrofóbico. Com sistema anti-refluxo. Válvula de drenagem. Adaptável a bolsa coletora de urina. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo três dias. Sem causar danos na pele. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) CÓD: 11815.	UNID.	5.000	RS 53,52	RS 267.600,00
20	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, CONVEXA: Drenável, transparente. Barreira com adesivo gás permeável, infusão de ceramidas e convexidade macia e flexível recortável de 13 a 55mm. Com válvula de drenagem emborrachada com regulagem de jato, com forma aerodinâmica, que auxilia a melhorar o conforto. Bolsa com sistema anti-refluxo multi câmaras, projetadas para facilitar a distribuição uniforme da urina, tornando o perfil da bolsa mais fino. Barreira PIB, CMC, Pectina e Infusão de Ceramidas. Adesivo Acrílico. Flange de polietileno. Produto livre de Látex. Plástico transparente composto por filme plástico de: copolímero acetato de vinil etileno, copolímero cloreto de vinil e cloreto de vinilideno, poliolefina modificada, cloreto de polivilideno. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (PREMIER SOFTCONVEX CERAPLUS) CÓD: 841311.	UNID.	2.000	RS 107,40	RS 214.800,00
21	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, CONVEXA PROFUNDA: Drenável, convexidade macia profunda (7mm), que promove uma vedação segura e duradoura, barreira protetora de pele flexível composta por 3 hidrocolóides (carboximetilcelulose sódica, pectina e gelatina) e polímeros elastoméricos, altamente resistentes à umidade, recortável de 10 – 25 mm/ 10-35 mm/ 10-45 mm. Bolsa opaca com janela de visualização para inspeção da estomia, camada externa da bolsa composta por tecido repelente à água na cor cinza quente, sendo discreta, mesmo sob a roupa branca. Possui uma solda em Chevron para promover o formato discreto e facilitar o armazenamento do efluente. Válvula antirrefluxo, torneira para drenagem segura e flexível, adaptador universal para drenagem noturna. Com suporte para cinto de sustentação. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (ESTEEM BODY) CÓD 423723.	UNID.	2.000	RS 67,27	RS 134.540,00
22	BOLSA PARA UROSTOMIA SISTEMA UMA PEÇA, CONVEXA: Placa convexa recortável de 13mm até 38mm, opaca com janela para visualização do estoma, com quatro camadas de filme compostas de acetato de vinil etileno (EVA) e cloreto de polivinilideno (PVDC), silenciosa, tela protetora não aderente de não tecido em ambos os lados e dispositivo de drenagem confeccionado em polietileno de alta densidade com válvula de fechamento duplo que não entre em contato com pele. Placa adesiva convexa, convexidade macia, flexível, recortável de 13mm até 38mm, com suporte de fixação de cinto, sem adesivo microporoso, composta por poliisobutileno, pectina, gelatina e carboximetilcelulose sódica. Dorso da placa adesiva composta por espuma de polietileno. Previsão de permanência na pele humana por no mínimo três dias, sem causar danos à pele. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: Salts Confidence Convex Supersoft CÓD: CUSS1338).	UNID.	2.000	RS 92,97	RS 185.940,00

23	CONJUNTO DE PLACA E BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS, PLANA: Drenável. Transparente ou opaca. Placa de resina sintética recortável. Flange de 40 até 100 mm. Resina com dupla camada, translúcida, composta por gelatina, Pectina, carboximetilcelulose sódica, SIS e PIB. Com película protetora de polipropileno siliconado. Com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico. Placa com haste de sustentação para cinto. Bolsa drenável. Com filtro de carvão ativado acoplado. Encaixe da bolsa à placa sem necessidade de pressionar o abdome. Composta de no mínimo 2 películas plásticas não aderente e uma tela protetora de poliéster não tecido. Ou plástico microp perfurado. fechamento tipo envelope em velcro. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo quatro dias sem descolamentos ou danos na pele. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) 40MM- PLACA 10015/ BOLSA 10384 50MM- PLACA 10025/ BOLSA 10385 60MM- PLACA 10035/ BOLSA 10386 70MM- PLACA 10045/ BOLSA 10387.	CONJ.	5.000	RS 57,15	RS 285.750,00
24	CONJUNTO DE PLACA E BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS, PLANA: Drenável, barreira de resina sintética flexlend, altamente absorvível e durável, adesividade e proteção periestoma. Base adesiva com infusão de ceramidas ceraplus, plana, com flange de 44 mm, 57mm e 70mm recortável de 13 a 57mm. Com adesivo hipoalergênico, flexível e gás-permeável. Flange flotante de baixo perfil com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Barreira protetora: resina sintética flexlend com infusão de ceramidas: resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno, petrolato. Dorso da barreira de resina: filme elastômero de poliéster. Filme protetor da barreira: filme de polietileno e silicone com guia para recorte. Bolsa coletora drenável para estoma intestinal flange de 44mm, composta por filme plástico de quatro camadas, silencioso e anti-odor, transparente, tela protetora não aderente, flange com abas para encaixe do cinto, exclusivo fechamento integrado por conectores plásticos lock'n roll, com filtro desodorizante para gases. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (NEW IMAGE CERAPLUS) CÓD: PLACA 44MM: 11202/ BOLSA 18192 CÓD: PLACA 57MM: 11203/ BOLSA 18193 CÓD: PLACA 70 MM: 11204/ BOLSA 18194.	CONJ.	2.000	RS 94,62	RS 189.240,00
25	CONJUNTO DE PLACA E BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS, PLANA: Drenável, recortável, composta por resina sintética com três hidrocoloides: cmc, pectina e gelatina, polímeros elastoméricos, indicado para estomias de 13 a 57mm. Apresenta adesivo de apoio com hidrocoloide e sistema de encaixe com acople sanfonado sem pressão abdominal, flanges de 45mm, 57 mm e 70 mm, opaca/ transparente revestida com tela macia de polietileno e politereftalato de etileno de proteção bilateral, filtro de carvão integrado e película protetora contra a umidade, fechamento por encaixe de conectores plásticos, com suporte para cinto de sustentação. Apresenta adesivo de apoio acrílico e anel de acoplamento plástico com oito pontos de fixação. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (SUR FIT ADVANTAGE) CÓD: PLACA 45MM: 401575/ BOLSA 413161 CÓD: PLACA 57MM: 401576/ BOLSA 413162 CÓD: PLACA 70 MM: 401575/ BOLSA 413163.	CONJ.	2.000	RS 67,37	RS 134.740,00

26	<p>CONJUNTO DE PLACA E BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS CONVEXA LIGHT: Base adesiva convex light com convexidade leve, em formato oval, composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), polisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas, com linhas flexíveis integradas e 1 camada de filme elástico superior, flange flexível para acople da bolsa. Suporte de cinto na própria base. Acople 40mm – recortável 10 a 20mm; Acople 50mm – recortável 15 a 30mm; Acople 60mm – recortável 15 a 40mm; Acople 70mm – recortável 15 a 53mm. Bolsa coletora para colo/ileostomia 2 peças, opaca, drenável, com janela de inspeção para visualização do estoma, composta de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Sistema de acople audível por um click com botão de travamento sinalizado na cor turquesa, aro de ajuste que permite o reposicionamento da bolsa no abdômen em formato ondulado conferindo maior flexibilidade. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Acople de 40mm, 50mm, 60mm, 70mm. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA MIO) CÓD 16931</p>	CONJ.	5.000	R\$ 91,17	R\$ 455.850,00
27	<p>CONJUNTO PLACA E BOLSA, COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA DUAS PEÇAS, CONVEXA: Recortável, drenável, transparente/opaca, com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico, confeccionada com revestimento externo macio e poliéster não tecido, com filtro antiodor, com fechamento tipo envelope e fecho com velcro, com flange de 40- 70 mm. Base adesiva convexa para estoma retraída, recortável entre 15 até 55 mm, com dupla camada, translúcida, composta por gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica, com película protetora, placa com haste para fixação de cinto. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo quatro dias, sem causar danos na pele. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) 40MM- PLACA 11015/ BOLSA 10384; 50MM- PLACA 11025/ BOLSA 10385; 60MM- PLACA 11035/ BOLSA 10386; 70MM- PLACA 11045/ BOLSA 10387.</p>	CONJ.	7.000	R\$ 61,37	R\$ 429.590,00
28	<p>CONJUNTO PLACA E BOLSA, COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA DUAS PEÇAS, CONVEXA: Drenável, recortável, composta por resina sintética com três hidrocoloides: cmc, pectina e gelatina, que garante maior durabilidade e resistência a erosão, de uso prolongado, indicado para estomias de 13 a 35mm ou 13 a 48 mm. Apresenta adesivo de apoio com hidrocoloide e sistema de encaixe com acople sanfonado sem pressão abdominal, flange 57mm ou flange 70 mm. Bolsa de colostomia, drenável, opaca/transparente, revestida com tela macia de polietileno e politereftalato de etileno de proteção bilateral, filtro de carvão integrado e película protetora contra a umidade, fechamento por encaixe de conectores plástico de fácil higienização e bolso de segurança para acomodar conectores, com suporte para cinto de sustentação. Apresenta adesivo de apoio acrílico e anel de acoplamento plástico com oito pontos de fixação. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (SUR FIT ADVANTAGE) CÓD PLACA: 404593 / 404594 e BOLSAS 401511, 401512, 401521, 401522.</p>	CONJ.	5.000	R\$ 91,75	R\$ 458.750,00

29	<p>CONJUNTO PLACA E BOLSA, COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA DUAS PEÇAS, CONVEXA: Placa com barreira de Resina Sintética flexlend, altamente absorvível e durável, adesividade e proteção periestoma. Base Adesiva com infusão de Ceramidas Ceraplus, Convexa, com flange de 44mm, 57mm e 70 mm, recortável de 13 à 51mm. Com adesivo hipoalergênico, flexível e gás-permeável. Flange flotante de baixo perfil com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Barreira protetora em resina sintética Flexlend: resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, infusão de ceramidas, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno, petrolato. Dorso da Barreira de resina: filme elastômero de poliéster. Filme protetor da barreira: filme de polietileno e silicone com guia para recorte. Bolsa coletora drenável para estoma intestinal flange de 70mm, composta por filme plástico de quatro camadas, silencioso e anti-odor, transparente, tela protetora não aderente, flange com abas para encaixe do cinto, exclusivo fechamento integrado por conectores plásticos –Lock’n Roll, com filtro desodorizante para gases. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (NEW IMAGE CERAPLUS) CÓD: PLACA 44MM: 11402/ CONJUNTO PLACA E BOLSA, COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SISTEMA DUAS PEÇAS, CONVEXA: Placa com barreira de Resina Sintética flexlend, altamente absorvível e durável, adesividade e proteção periestoma. Base Adesiva com infusão de Ceramidas Ceraplus, Convexa, com flange de 44mm, 57mm e 70 mm, recortável de 13 à 51mm. Com adesivo hipoalergênico, flexível e gás-permeável. Flange flotante de baixo perfil com ponto de fechamento central. Encaixe sem pressão abdominal. Barreira protetora em resina sintética Flexlend: resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, infusão de ceramidas, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno, petrolato. Dorso da Barreira de resina: filme elastômero de poliéster. Filme protetor da barreira: filme de polietileno e silicone com guia para recorte. Bolsa coletora drenável para estoma intestinal flange de 70mm, composta por filme plástico de quatro camadas, silencioso e anti-odor, transparente, tela protetora não aderente, flange com abas para encaixe do cinto, exclusivo fechamento integrado por conectores plásticos –Lock’n Roll, com filtro desodorizante para gases. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (NEW IMAGE CERAPLUS) CÓD: PLACA 44MM: 11402/ BOLSA 18192 CÓD: PLACA 57MM: 11403/ BOLSA 18193 CÓD: PLACA 70 MM: 11404/ BOLSA 18194.</p>	CONJ.	5.000	R\$ 121,00	R\$ 605.000,00
30	<p>CONJUNTO DE PLACA E BOLSA PARA UROSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS PLANA: Drenável, com flange recortável até 60 mm, constituída de placa flexível, com flange de baixo perfil possuindo sistema de travamento fácil e seguro. Placa com haste para fixação de cinto. Deve conter barreira de resina sintética composta por no mínimo gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica, com ou sem suporte adesivo hipoalergênico externamente à flange. Bolsa transparente, confeccionada com no mínimo três películas plásticas e tela protetora que permita a troca gasosa, anti-refluxo e válvula de drenagem. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo quatro dias, sem causar danos na pele. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) 60MM- PLACA 10035/ BOLSA 11856.</p>	CONJ.	2.000	R\$ 54,23	R\$ 108.460,00

31	CONJUNTO DE PLACA E BOLSA PARA UROSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS PLANA: Drenável, recortável, composta por resina sintética com três hidrocoloides: cmc, pectina e gelatina, polímeros elastoméricos, indicado para estomias de 13 a 45mm. Apresenta adesivo de apoio com hidrocoloide e sistema de encaixe com acople sanfonado sem pressão abdominal, flange 45mm e 57mm. Bolsa coletora para urostomia, transparente, revestida parcialmente com tela macia, válvula antirrefluxo, torneira para drenagem com sistema de segurança com sinalização visual, adaptador universal para drenagem noturna e sistema de encaixe, flange 45mm e 57mm com suporte para cinto de sustentação. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (SUR FIT ADVANTAGE) CÓD: PLACA 477386 E BOLSA 477374.	CONJ.	1.000	RS 70,01	RS 70.010,00
32	CONJUNTO PLACA E BOLSA PARA UROSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS CONVEXA: Sendo placa protetora de pele recortável com barreira sintética composta por carboximetilcelulose sódica. Pectina e gelatina. Com ou sem adesivo microporoso hipoalergênico. Com flange de baixo perfil recortável até 60mm. placa com haste para sustentação para cinto. Bolsa urostomia drenável. Transparente. Confeccionada com no mínimo 3 películas plásticas. Sendo a externa uma tela protetora não aderente. Com sistema antirefluxo e válvula para drenagem. Este produto deve permanecer na pele humana por no mínimo quatro dias. Sem causar danos na pele. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA) 60MM- PLACA 11035/ BOLSA 11856	CONJ.	2.000	RS 55,03	RS 110.060,00
33	CONJUNTO PLACA E BOLSA PARA UROSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS CONVEXA: Base adesiva convexa recortável de 13-35mm. Composta por resina sintética com três hidrocoloides: cmc, pectina e gelatina, que garante maior durabilidade e resistência a erosão, de uso prolongado, indicado para estomias de 13 a 35mm. Apresenta adesivo de apoio com hidrocoloide e sistema de encaixe com acople sanfonado sem pressão abdominal, flange 57mm. + Bolsa coletora para urostomia, transparente, revestida parcialmente com tela macia, válvula antirrefluxo, torneira para drenagem com sistema de segurança com sinalização visual, adaptador universal para drenagem noturna e sistema de encaixe, flange 57mm, com suporte para cinto de sustentação. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC.	CONJ.	2.000	RS 94,94	RS 189.880,00
34	CONJUNTO PLACA E BOLSA PARA UROSTOMIA, SISTEMA DUAS PEÇAS CONCAVA: Base adesiva côncava em forma de "estrela", composta por carboximetilcelulose sódica (CMC), goma guar, pectina, gelatina, estireno-isopreno-estireno (SIS), polisobutileno (PIB) e borracha de butila, disposta em 3 camadas sendo 2 camadas adesivas, com anel de estabilidade integrado na zona central e 1 camada de filme elástico superior, flange flexível para acople da bolsa, suporte de cinto na própria base. Acople 40mm – recortável 10 a 35mm; Acople 50mm – recortável 10 a 45mm; Acople 60mm – recortável 10 a 55mm; Acople 70mm – recortável 10 a 65mm. Bolsa coletora para colo/ileostomia 2 peças, opaca, drenável, com janela de inspeção para visualização do estoma, composta de filme multicamadas com tecido macio e hidrofóbico de poliéster, que recobre a face frontal e posterior. Filtro de carbono ativado integrado circular com membrana pré-filtro e espuma de poliuretano. Fechamento em envelope com velcro sinalizado na cor turquesa e fechamento invisível com fixação superior e inferior. Sistema de acople audível por um click com botão de travamento sinalizado na cor turquesa, aro de ajuste que permite o reposicionamento da bolsa no abdômen em formato ondulado conferindo maior flexibilidade. Acople de 40mm, 50mm, 60mm, 70mm. Com dados	CONJ.	500	RS 91,50	RS 45.750,00

	de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (SENSURA MIO CONCAVE) 40mm - placa: 18500, bolsa: 11491 50mm- placa: 18510, bolsa: 11497 60mm - placa: 18520, bolsa: 11499 70mm - placa: 18530.				
35	BOLSA DE COLOSTOMIA FECHADA: Bolsa de colostomia 50 mm: sistema de uma peça descartável, com barreira adesiva de primeira geração e material atóxico, que assegura conforto, discríção e proteção contra vazamentos. Com recorte preciso: pré-cortada em 50 mm para ajuste rápido; sistema fechado que evita odores e contaminação. Feita com material resistente composta de polietileno especial atóxico. Com adesivo seguro de 1ª geração que permite alta fixação à pele; De uso único o qual a higiene é garantida e de fácil descarte; com perfil baixo o qual é discreto sob as roupas. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: WALTEX.	UNID.	300	R\$ 11,81	R\$ 3.543,00
36	PASTA PROTETORA DE PELE PARA OSTOMIAS SEM ALCOOL: Sem álcool. Pasta tubo. Constituídas de hidrocolóide moldável. Usado para correção e nivelamento de pregas e irregularidades cutâneas para o cuidado de estomas intestinais e urinários compostos de estireno-isoprenoestireno (SIS), borracha de isopreno líquido, poliisobutileno (PIB), dióxido de silício coloidal, óleo mineral, pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica (CMC), dióxido de titânio, metilparabeno e etilparabeno. Indicada para o preenchimento de cavidades e dobras cutâneas ao redor do estoma, assegurando um ajuste preciso entre o estoma e a base adesiva e protegendo a pele do efluente do estoma. Sem álcool. Não arde. Não estéril. Acondicionado em tubo de 60 g embalado individualmente em caixa com 1 unidade com aplicador. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (BRAVA) PASTA 12050.	UNID.	3.000	R\$ 73,98	R\$ 221.940,00
37	PASTA PROTETORA DE PELE PARA OSTOMIAS COM ALCOOL: Pasta protetora composta por gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica, protege a pele exposta contra efluentes garantindo selamento seguro entre pele e base adesiva, absorve umidade mantendo a pele seca ao redor do estoma, ideal para nivelar cicatrizes, dobras cutâneas e rugas ao redor do estoma ou fistula, podendo conter álcool. Tubo contendo mínimo 60 g. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER (ADAPT) PASTA 79300.	UNID.	500	R\$ 73,83	R\$ 36.915,00
38	PASTA PROTETORA DE PELE PARA OSTOMIAS COM ALCOOL: Barreira protetora da pele em forma de Pasta para ostomia, indicada para nivelar dobras e irregularidades da pele próxima ao estoma, composta por metil vinil éter, polivinilpirrolidona/vinil acetato (PVP/VA), álcool isopropílico, propileno glicol, dióxido de silício, goma guar e água desmineralizada. Não estéril. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST CÓD 12050.	UNID.	500	R\$ 62,08	R\$ 31.040,00
39	PASTA PROTETORA DE PELE PARA OSTOMIAS COM ALCOOL: Pasta Protetora de Pele é um material de enchimento, altamente eficaz como barreira protetora e selante da pele, para uso com dispositivos para cuidados de estomas. A pasta também é utilizada para proteger a pele exposta ao redor de locais de fistulas entre a base do estoma e o orifício da placa protetora e como material de enchimento para dobras da pele e superfícies cutâneas irregulares. Composto de gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica, etanol, éster monobutílico docopolímero de étermetilvinílico, anidrido maleico, tris-12-hidroxiestearato de glicerilaetriacetato de glicerila. Tubo com 56,7 grama. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de	UNID.	500	R\$ 67,10	R\$ 33.550,00

	validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (STOMAHESIVE PASTA) CÓD 183910.				
40	CINTO PARA COLETORES: Cinto elástico opaco de 155 cm, reajustável, para equipamento de estomia da marca SenSura Mio, composto de poliamida (PA), poliuretano (PU) poliéster (PET) e elastano (PUE) com 4 ganchos compostos de polipropileno (PP). Indicado para maior segurança, conforto e discrição durante o uso do equipamento. Embalado individualmente. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD MEDIO 423 E GRANDE 424.	UNID.	500	R\$ 45,58	R\$ 22.790,00
41	CINTO PARA COLETORES: Cinto elástico, ajustável, lavável, macio e ajustável para uso concomitante com dispositivo coletor de estomia. Tamanho de 100cm e 135 cm. Composto de poliamida (PA), poliuretano (PU) poliéster (PET) e elastano (PUE) com 2 ganchos compostos de polipropileno (PP). Indicado para maior segurança, conforto e discrição durante o uso do equipamento. Embalado individualmente. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD: 0421 e 0422.	UNID.	800	R\$ 45,58	R\$ 36.464,00
42	SPRAY BARREIRA: Líquido composto por base de silicone (dixiloxane, zanthalene e sílica trimetilada), de uso tópico, formador de filme protetor flexível sobre a pele contra os efeitos deteriorantes dos efluentes corporais, enzimas e adesivos, sem deixar resíduos, livre de álcool, com propriedade anti-prurido, calmante da pele, ajudando a reduzir a dor e coceira ao longo do tempo. Produto sem impactos ambientais, dentro das normas internacionais de restrição de substâncias. Embalado individualmente em frasco contendo 28ml. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (ESENTA SPRAY PROTETOR CUTÂNEO) CÓD 423288.	UNID.	500	R\$ 125,53	R\$ 62.765,00
43	SPRAY BARREIRA: Barreira protetora de pele em spray, indicado para proteção da pele contra os efeitos nocivos de resíduos do corpo e adesivos, composto por hexametildisiloxano, ciclopentasiloxano, sílica trimetilado. O produto forma uma película fina, permitindo que a pele respire, seca em segundos, não deixa resíduos, não contém álcool, sendo assim não provoca ardência e pode ser aplicado em região irritada. Fornece proteção contra problemas associados a vazamentos, sem afetar a adesão de adesivos. Não estéril. Acondicionado em tubo de 50 ML, embalado individualmente em caixa com 1 unidade. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD: 12020.	UNID.	300	R\$ 171,98	R\$ 51.594,00
44	SPRAY REMOVEDOR DE ADESIVO: Líquido composto por 100% silicone (dixiloxane, octamethyltrisiloxano), de uso tópico, removedor de qualquer tipo de adesivo, como equipamentos de estomia (bases adesivas e adjuvantes), fitas adesivas, películas, hidrocolóides e todos os curativos que permaneçam aderidos à pele livre de álcool e fragrâncias, atraumático e sem resíduos. Produto sem impactos ambientais, dentro das normas internacionais de restrição de substâncias. Embalado individualmente em frasco 50ml. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (ESENTA SPRAY REMOVEDOR)CÓD: 12020.	UNID.	100	R\$ 95,55	R\$ 9.555,00

45	PÓ: Pó para estomia, indicado para uso na pele periestomal macerada, mantém a pele seca, absorve a umidade local, exsudatos e secreções reduzindo a irritação, composto por carboximetilcelulose sódica (cmc), goma guar e goma xantina. Com grande capacidade de absorção. Para manter a pele seca e evitar irritações. Contém no mínimo 25g. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD:19075.	UNID.	300	R\$ 39,17	R\$ 11.751,00
46	Pó Protetor de Pele. Substância granular, higroscópica, muito fina que adere às áreas úmidas de modo a formar uma barreira que cobre e protege a pele contra irritações causadas pelos efluentes. Composto por gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica. Frasco com 28,3 gramas. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (STOMAHESIVE) CÓD 025510.	UNID.	300	R\$ 71,73	R\$ 21.519,00
47	CREME BARREIRA: Creme restaurador do ph da pele. Creme barreira indicado para proteção e tratamento de pele periestomal formando uma barreira contra os efluentes intestinais e urinário. Auxilia na recuperação da pele irritada. Fácil aplicação e secagem rápida. Permite adesão de adesivos e indicado para todos os tipos de estoma. Não contém álcool na composição. Hidrata. Protege e mantém o ph natural da pele. Previne a irritação cutânea. Apresenta ação hidrofóbica (repele a água). Evitando agressão dos efluentes com a pele. Permitindo aderência de adesivos da bolsa de estomia. Tubo contendo no mínimo 60g. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD:12000.	UNID.	100	R\$ 53,52	R\$ 5.352,00
48	LENÇO REMOVEDOR DE ADESIVOS: Lenço removedor de adesivos, indicado à remoção de adesivos e resíduos sobre a pele intacta, provenientes de bases adesivas e coberturas, composto por silicone. O produto não provoca ardência, remove adesivos, seca em segundos e não interfere na aderência de outros adesivos. Embalagem com 30 sachês. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC COLOPLAST MISSNER ADHESIVE REMOVEDOR WIP.	UNID.	1.000	R\$ 6,89	R\$ 6.890,00
49	PLACA PROTETORA: Adesivo flexível. Elástico e macio composto de hidrocolóides e filme de poliuretano. Desenvolvido para prevenção de distúrbios de pele ou para recuperação da pele danificada. Tamanho 20x20 cm. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD:3220.	UNID.	200	R\$ 58,00	R\$ 11.600,00
50	ANEL MOLDÁVEL PLANO: Anel moldável indicado para nivelar distintas irregularidades cutâneas e promover o selamento seguro entre o estoma e a base adesiva do equipamento de estomia. Composto por Estireno-etileno/butileno, Etileno-propileno, Etileno-acetato de vinila, Polipropileno glicol, isobutileno-buteno, Cera de Parafina, Óxido de Titânio, Hidroxietilcelulose, Polissacarídeos, Galactomanan, Carboximetilcelulose, Gelatina. O produto oferece dupla ação contra vazamentos, protege e se molda a pele ao redor do estoma. Diâmetro 48mm e espessura 4.2mm. Não estéril. Embalado individualmente em blister de PET (Politereftalato de etileno) com uma etiqueta resselável de Polipropileno. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST BRAVA CÓD:12042.	UNID.	1.000	R\$ 10,10	R\$ 10.100,00
51	ANEL MOLDÁVEL CONVEXO: Anel convexo de hidrocolóide, tamanho 20 mm, flexíveis e ajustáveis. Promove ajuste perfeito do equipamento para estomia, promovendo proteção da pele periestomal. Petrolato, resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno. Tamanho 30 mm e 40mm. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER CÓD: 79520.	UNID.	500	R\$ 25,90	R\$ 12.950,00

52	ANEL MOLDÁVEL CONVEXO OVAL: Anel convexo de hidrocolóide barreira Flexlend, tamanho 30x48mm, oval, flexível e ajustável. Promove ajuste perfeito do equipamento para estomia, promovendo proteção da pele periestomal. Não estéril. Petrolato, resina de hidrocarboneto alifático, pectina, carboximetilcelulose sódica, poliisobutileno, copolímero de estireno-isopreno-estireno. Tamanho 22x38mm e 38x56mm. MODELO DE REFERÊNCIA: HOLLISTER CÓD: 79603.	UNID.	500	R\$ 26,24	R\$ 13.120,00
53	SACHÊS GELIFICANTES: Sachês para controle de odor e formação de gel das fezes líquidas em pacientes ileostomizados. Composto por grânulos absorventes de poliacrilato sódico e carvão ativado, envoltos por um sachê de papel hidrossolúvel e carboximetilcelulose sódica. Reduz ou elimina o excesso de gás e odor, permitindo ao usuário obter uma bolsa mais discreta. Evita fugas, eliminando a necessidade de esvaziar a bolsa ou liberar o gás, propicia maior controle quanto a possíveis vazamentos e consequentemente evita o aparecimento de dermatites de contato ocasionadas pelo vazamento dos efluentes. MODELO DE REFERÊNCIA: CONVATEC (DIAMONDS SACHÊS GELIFICANTES).	UNID.	500	R\$ 3,64	R\$ 1.820,00
54	PASTA EM TIRAS: Composta estireno-etilenobutileno. Polibuteno. Etileno- propileno. Cera. Óxido de zinco. Pectina. Goma guar e carboximetilcelulose (cmc). Indicado para corrigir as irregularidades ao redor do estoma. Protegendo a pele contra o efluente. Não contém álcool. Podendo ser aplicado sobre pele irritada. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (BRAVA STRIP PASTRE) PASTA 2655.	UNID.	500	R\$ 11,92	R\$ 5.960,00
55	FITA ADESIVA FLEXÍVEL, ELÁSTICO E MACIO, EM FORMA DE ARCO: Para reforço à fixação e aderência do adesivo da bolsa de estomia e aumento da sensação de segurança. Possui 5 mm de bordas biseladas para maior conformidade aos contornos do corpo e desníveis da pele e ponto de remoção do filme protetor sinalizado, evitando o contato dos dedos com o adesivo. Composto de estireno-isopreno-estireno (SIS), poliestireno (PS), resina de hidrocarboneto hidrogenado, adipato de dioctilo (DOA), dióxido de titânio, carboximetilcelulose (CMC) e amido de batata. Protege a pele e absorve umidade, mantendo a pele seca. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (BRAVA) FITA 12070.	UNID.	30.000	R\$ 13,07	R\$ 392.100,00
56	FITA ADESIVA FLEXÍVEL, ELÁSTICO E MACIO, EM FORMA DE Y: Adesivo flexível, elástico e macio, forma em Y, para reforço à fixação e aderência do adesivo da bolsa de estomia e aumento da sensação de segurança. Possui 5 mm de bordas biseladas para maior conformidade aos contornos do corpo e desníveis da pele e ponto de remoção do filme protetor sinalizado, evitando o contato dos dedos com o adesivo. Composto de estireno-isopreno-estireno (SIS), poliestireno (PS), resina de hidrocarboneto hidrogenado, adipato de dioctilo (DOA), dióxido de titânio, carboximetilcelulose (CMC) e amido de batata. Protege a pele e absorve umidade, mantendo a pele seca. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (BRAVA).	UNID.	20.000	R\$ 13,07	R\$ 261.400,00
57	LUBRIFICANTE DESODORANTE: Desodorante Lubrificante Brava, neutraliza odores e assegura que o conteúdo fecal esteja sempre na parte inferior da bolsa e não em volta do seu estoma. Também facilita o esvaziamento da bolsa. MODELO DE REFERÊNCIA: COLOPLAST (BRAVA) CÓD 12061.	UNID.	100	R\$ 73,70	R\$ 7.370,00

1.3. Em caso de divergência entre o descritivo dos itens constante no sistema Compras.gov.br e aquele previsto no Termo de Referência, prevalecerá, para todos os fins, o descritivo constante no Termo de Referência, por ser o documento técnico que detalha de forma completa as especificações do objeto.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme capítulo VII, III da Resolução n.º 001/2026 do CISVIR.

1.5. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 105 e Art. 84, caput, da Lei 14.133/2021.

1.6.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que são essenciais para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

1.7. Esta contratação não será dividida em lotes exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sendo realizada em regime de ampla concorrência.

1.7.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não possui caráter absoluto, podendo ser afastado quando não se revelar vantajoso à Administração ou quando houver risco à adequada execução contratual.

1.7.2. No presente caso, o objeto consiste no fornecimento de insumos essenciais à manutenção da saúde de pacientes estomizados, cuja descontinuidade ou fornecimento inadequado pode acarretar prejuízos diretos à condição clínica dos usuários, exigindo elevado padrão de qualidade, regularidade no abastecimento e rigoroso atendimento às normas sanitárias.

1.7.3. Verifica-se, ainda, que o mercado fornecedor desses insumos é composto, em sua maioria, por empresas de médio e grande porte, fabricantes ou distribuidoras com estrutura logística consolidada, capacidade de pronta entrega e regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária, circunstância que pode restringir a participação efetiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em condições de cumprir integralmente as exigências contratuais.

1.7.4. A eventual restrição do certame a lotes exclusivos poderia reduzir a competitividade, limitar a obtenção de propostas mais vantajosas e, sobretudo, aumentar o risco de desabastecimento ou fornecimento irregular, comprometendo a continuidade do atendimento aos pacientes.

1.7.5. Assim, a adoção da ampla concorrência se mostra medida necessária para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e garantir a execução contratual com segurança, eficiência e continuidade, em observância ao interesse público envolvido.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução, como um todo, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O presente processo de contratação deve estar em conformidade com à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.2. Os licitantes deverão estar adequados a Portaria nº 400, de 16 de novembro de 2009 do Ministério da Saúde e outras legislações que embasem o objeto e demais diretrizes nacionais para a atenção à saúde das pessoas ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

4.3. Os produtos cotados deverão seguir as normas vigentes, conforme Lei nº 6360 de 23/09/1976, e RDC n.º 185 de 22/10/2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, assim como a legislação pertinente que venha a alterá-las.

4.4. Os produtos deverão respeitar as determinações da Associação de Normas Técnicas (ABNT) e as embalagens deverão atender às exigências da legislação.

4.5. As empresas licitantes deverão indicar no mínimo 01 (um) PROFISSIONAL ENFERMEIRO(A), COM ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA, que será assessor (a) técnico (a) habilitado (a) a prestar assistência ao encarregado do acompanhamento dos pacientes, que deverá ser indicado no momento da habilitação.

4.5.1. A exigência de enfermeiro(a) com especialização em estomaterapia justifica-se pela natureza do objeto, que envolve o atendimento a pacientes ostomizados, os quais demandam avaliação técnica qualificada para correta indicação e utilização dos dispositivos, evitando complicações e assegurando a eficácia do tratamento.

4.5.2. A indicação desse profissional pela contratada tem caráter complementar, visando auxiliar o profissional do CISVIR responsável pela avaliação dos pacientes, especialmente quanto às especificidades técnicas dos produtos ofertados, garantindo maior segurança, adequação dos insumos e qualidade na execução contratual, sem configurar restrição indevida à competitividade.

Sustentabilidade

4.6. A contratação deverá observar no que couber os seguintes requisitos quanto a sustentabilidade:

4.6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.6.2. A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam o meio ambiente, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de

ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos);

4.6.3. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e todas as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO, para aferição e garantia dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos objetos elencados neste Termo de Referência.

Regime de execução

4.7. O regime de execução será por preço unitário.

Da exigência de amostras

4.8. O setor requisitante PODERÁ solicitar amostras das empresas classificadas em primeiro lugar, após o término da fase de lances, objetivando verificar se os produtos ofertados atendem às exigências do Termo de Referência;

4.8.1. A exigência de apresentação de amostras para a aquisição de bolsas de colostomia é crucial devido à necessidade de rigorosos cuidados com a qualidade, segurança e adequação dos materiais. Como esses produtos serão utilizados diretamente pela população, é essencial uma avaliação prévia para garantir que atendam aos padrões e especificações exigidos. Essa medida não só minimiza riscos, mas também assegura que os insumos sejam apropriados para o fim a que se destinam;

4.8.2. A apresentação de amostras é ainda mais fundamental quando se trata de bolsas de colostomia. O uso de produtos inadequados pode ter impactos severos na qualidade de vida dos ostomizados. Produtos de baixa qualidade podem causar irritações na pele, infecções, desconforto e vazamentos. Esses problemas podem levar a constrangimento e isolamento social, afetando profundamente a saúde física, mental e emocional dos ostomizados. Além disso, a falta de conforto e segurança pode comprometer a dignidade e a autonomia desses indivíduos;

4.8.3. Portanto, a exigência de amostras assegura que as bolsas de colostomia adquiridas sejam não apenas seguras e confortáveis, mas também adequadas às necessidades específicas



dos ostomizados. Isso preserva a dignidade humana e promove uma melhor qualidade de vida, ao garantir que os materiais sejam confiáveis e eficazes no atendimento às necessidades dessa população.

4.9. Para a(s) empresa(s) em que for solicitado as amostras, a mesma deverá apresentar minimamente 02 (duas) amostras acompanhadas de bula e/ou catálogo e/ou ficha técnica do produto, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a classificação dos itens pela Pregoeira;

4.9.1. As amostras deverão ser entregues na sua embalagem original, dentro do prazo de validade, acompanhadas de bula e/ou especificação detalhada, sem que haja qualquer tipo de violação das embalagens primárias e secundárias, a fim de que possa ser aferido com precisão a especificação do objeto.

4.9.2. As amostras deverão vir acompanhadas de declaração do fabricante ou da detentora do registro do produto junto ao Ministério da Saúde subscrita por seu representante legal confirmando estar a proponente autorizada a comercializar o objeto deste certame.

4.9.3. As amostras deverão ser entregues na embalagem original do fabricante, contendo externamente os dados de identificação do produto conforme legislação vigente e o especificado em cada lote. Cada amostra deverá estar identificada com o nº. do Pregão e o lote a que se refere;

4.10. As amostras apresentadas serão analisadas dentro das especificações solicitadas, bem como se atendem com eficácia ao fim a qual se destinam.

4.11. Local para entrega das amostras:

SEDE DO CISVIR

ENDEREÇO: Avenida Santa Catarina, 1325, Jardim Apucarana, Apucarana, PR, CEP: 86.804-015.

HORÁRIO PARA ENTREGAS: de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30 as 16:00hs.

TELEFONE: (43) 3033 – 8304

NOME DO RESPONSÁVEL: Claudenir Aparecido de Assis

E-MAIL DO RESPONSÁVEL: claudenir.assis@cisvir.com.br

4.12. Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início da entrega dos materiais ofertados e as mesmas deverão ser fornecidas sem ônus financeiros para a Contratante.



4.13. Se a 1ª Empresa classificada não apresentar a amostra, ou se esta não atender o Edital, esta será desclassificada e será convocado o 2º classificado e assim sucessivamente.

4.14. Terá a amostra desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, a Empresa que:

4.14.1. Não apresentar a amostra no prazo e nas condições solicitadas;

4.14.2. Apresentar produto de baixa qualidade;

4.14.3. Se o produto ofertado não contemplar as exigências do Edital e de seus anexos, ou a legislação aplicada, implicará na sua desclassificação para o respectivo lote;

4.15. A Comissão de Avaliação se reserva no direito de requisitar documentos complementares que julgar necessários para melhor análise dos produtos e suas marcas;

4.16. Será avaliado se:

4.16.1. As amostras apresentadas vieram devidamente identificadas conforme item 4.9.3;

4.16.2. O descritivo da embalagem do produto e/ou ficha técnica/catálogo e apresentação do produto estiverem de acordo com o descritivo e exigências do edital;

4.16.3. Identificação do produto: lote, registro no MS, data de fabricação e validade legíveis e estiverem de acordo com as exigências do edital.

4.17. Os exemplares colocados à disposição da Comissão de Avaliação de Bolsas de Colostomia do CISVIR e que forem pré - aprovados por ela, serão submetidos a testes nos usuários finais para cada categoria de bolsa, sendo somente após a conclusão destes atestados a aprovação/reprovação.

4.18. Características técnicas dos equipamentos e acessórios que serão analisados:

4.18.1. A conformidade do produto com a especificação requerida no edital;

4.18.2. Se a embalagem garante a integridade do produto;



- 4.18.3. Se o produto possui boa flexibilidade e conformidade aos contornos do corpo;
 - 4.18.4. Se o produto apresenta aparência uniforme em seu acabamento, sem imperfeições;
 - 4.18.5. A aderência dos adesivos e suas características hipo-alérgicas;
 - 4.18.6. Data de fabricação, data de vencimento e descrição na embalagem original em idioma português (com bula original);
 - 4.18.7. Número de registro emitido pela ANVISA;
 - 4.18.8. Durabilidade dos dispositivos, conforme descrito na especificação dos itens.
- 4.19. As amostras poderão ser abertas e manuseadas, não sendo devolvidas à empresa licitante ao final da análise técnica efetuada.
- 4.20. Será aprovada a amostra que atender aos critérios das especificações técnicas em até 10 (dias) úteis após o prazo final de apresentação das amostras, podendo o prazo ser prorrogado por igual período a critério da Comissão de Avaliação.
- 4.21. A amostra ficará retida para comparação com o material a ser fornecido no ato da entrega na sede do CISVIR.
- 4.22. A licitante ficará responsável por todos os tributos, custos e demais despesas, referentes ao envio das amostras do presente certame.
- 4.23. Quando no descritivo do Edital for solicitado para o produto composição do produto, cor, medidas e peso, o mesmo será mensurado e pesado, bem como verificação dos aspectos de cor para comparação se atende ao descritivo do Edital.
- 4.24. Após a avaliação de amostras será elaborado relatório técnico, o qual será anexado ao Processo Licitatório.

Subcontratação



4.25. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.26. Não haverá exigência da garantia da contratação na forma dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Garantia da proposta

4.27. Não será exigida garantia da proposta.

Da garantia do objeto

4.28. O prazo de garantia contratual do objeto é a garantia legal, prazo fornecido pelo fabricante, e as disposições do código de proteção do consumidor, instituído pela lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Das condições do objeto

4.29. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas descritas neste termo de referência, sendo que não serão aceitos materiais/produtos/serviços em desacordo com as condições predefinidas.

4.30. O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação do objeto que serão entregues.

4.31. Os equipamentos deverão ser fornecidos completos, incluindo todas as peças e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, mesmo quando não especificamente mencionados neste instrumento.

4.32. A contratada deverá se responsabilizar pelo transporte dos produtos, que deverão ser transportados de maneira segura, e que sejam entregues sem danos ou avarias ou embalagens violadas.



4.33. Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT, ANVISA e/ou Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

4.34. Conforme o caso, somente serão recebidos produtos com prazo de validade de, no mínimo, 80% do seu prazo intacto, considerando o tempo entre a data de fabricação e a data de validade do produto. Tal medida se faz necessária para que o CISVIR não receba produtos com data de validade próxima de seu vencimento.

4.35. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos.

4.36. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do objeto que apresentar vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação do contratado.

4.37. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, desde que aceito pelo Contratante.

4.38. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratado sujeito as sanções administrativas cabíveis.

4.39. O custo referente ao transporte dos equipamentos/produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.40. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.41. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, entre outros deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.



4.42. A numeração e identificação dos produtos importados deverão seguir o padrão brasileiro.

4.43. Todos os itens devem possuir registro na ANVISA, devendo o licitante vencedor apresentar, na fase de habilitação, os respectivos comprovantes de registro válidos junto à ANVISA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A entrega do objeto deverá ser efetivada no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, desde que justificado previamente e aceito pelo Contratante.

5.1.1. O objeto deverá ser entregue no seguinte endereço:

SEDE DO CISVIR

ENDEREÇO: Avenida Santa Catarina, 1325, Jardim Apucarana, Apucarana, PR, CEP: 86.804-015.

HORÁRIO PARA ENTREGAS: de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30 as 16:00hs.

TELEFONE: (43) 3033 – 8300

NOME DO RESPONSÁVEL: Claudenir Aparecido de Assis

E-MAIL DO RESPONSÁVEL: claudenir.assis@cisvir.com.br

5.2. A entrega do material deverá ser mensal, separada em kits individualizados, conforme listagem enviada pelo CISVIR junto à ordem de compra.

5.2.1. Cada kit deverá estar devidamente identificado conforme orientação do CISVIR.

5.3. A empresa fornecedora deverá assegurar o fornecimento do objeto, cumprindo fielmente a forma disposta no Edital e demais documentos pertinentes, garantindo a qualidade dos materiais e oferecer substituição em caso de defeitos.

5.4. Os materiais e insumos deverão ser entregues em embalagens íntegras, contendo de forma visível nas respectivas embalagens as seguintes informações:

a) Identificação do paciente (conforme orientação da Contratante);



b) Identificação do conteúdo;

c) Data de fabricação, data de vencimento e número do lote;

d) Número de registro emitido pela ANVISA dos materiais hospitalares que conterem;

e) Constar a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO”.

5.4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado.

5.4.2. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequentemente aceitação, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado.

5.4.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

5.4.4. Durante este período, caso se constate qualquer avaria, defeito técnico ou outra circunstância que a impeça o objeto de produzir a utilidade a que se destinam, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer pelo motivo de gasto ordinário, por abuso, por negligência ou por utilização indevida, deverá ocorrer a substituição do objeto sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

Atendimento aos pacientes com estomias

5.5. A avaliação clínica dos pacientes ostomizados, que serão beneficiários dos itens a serem fornecidos, será realizada por um profissional designado pelo CISVIR. Esse profissional será responsável por analisar as necessidades individuais dos pacientes e determinar a quantidade e os tipos de itens mais adequados para cada caso, conforme as especificações médicas e normas técnicas aplicáveis.



5.6. O licitante vencedor deverá promover ao profissional indicado pelo CISVIR a orientação educacional necessárias ao uso dos equipamentos, considerando dias e horários a serem estabelecidos em conjunto por contratante e contratada.

5.7. Sempre que houver a inclusão de um novo paciente recém ostomizado, ele será avaliado pelo profissional do CISVIR, e a empresa deverá fornecer gratuitamente o kit inicial contendo os equipamentos adjuvantes necessários para o cuidado e proteção da pele e redução de vazamentos indicados para seu caso, além de material de apoio e impresso para aplicação do equipamento – medidor de estoma, manual de orientação ao paciente impresso com informações relevantes para o recém ostomizado, juntamente com isso uma avaliação impressa do estoma e auto cuidado a cada troca de equipamento e embalagem para armazenamento dos produtos.

5.7.1. A quantidade de itens dos kits iniciais é variável e depende da avaliação do paciente. A quantidade deverá suprir a necessidade do paciente até que ele seja incluso no Programa de Ostomizados do CISVIR e até que receba seu kit individual.

5.7.2. Os itens do kit inicial deverão ser acondicionados em uma embalagem resistente, de material de alta durabilidade, com sistema de fechamento seguro e fácil manuseio, projetada para garantir a organização e a proteção dos produtos durante o uso e o armazenamento. A embalagem não deve conter identificação da empresa.

5.7.3. O prazo para entrega do kit inicial é de 05 (cinco) dias úteis após solicitação formal do CISVIR.

5.8. O CISVIR será responsável por fornecer à empresa vencedora da licitação junto com a Nota de Empenho, a lista detalhada contendo as necessidades específicas de cada paciente ostomizado, com base na avaliação previamente realizada por profissional designado. A lista incluirá a quantidade, os tipos de itens, e quaisquer outras especificações relevantes para cada paciente.

5.9. Com base nessas informações, a empresa vencedora deverá proceder com a separação, organização e montagem dos kits individuais, assegurando que cada kit contenha todos os itens indicados na lista fornecida.



5.10. Os kits deverão ser montados de forma personalizada, respeitando rigorosamente as especificações de cada paciente, com identificação clara e precisa para evitar erros de distribuição.

5.11. A empresa será responsável por garantir que cada kit seja preparado de maneira completa e dentro dos prazos estabelecidos, atendendo à periodicidade de entrega definida no contrato. Além disso, deverá ser garantida a integridade dos itens durante a separação e embalagem dos kits, de modo a assegurar que os pacientes recebam seus materiais em condições adequadas para uso.

5.12. A entrega dos kits será feita de acordo com o cronograma estabelecido pelo Consórcio, e a empresa deverá fornecer, sempre que solicitado, relatórios sobre a distribuição dos itens, a fim de garantir a transparência e o controle do processo de fornecimento dos materiais aos pacientes ostomizados."

Programa educacional para profissionais de saúde do CISVIR

5.13. O profissional indicado no item 4.5 deste Termo de Referência deverá auxiliar o CISVIR, na elaboração de protocolos de atendimento ao paciente e dispensação dos itens objeto desta contratação.

5.14. Deverá também auxiliar na capacitação aos profissionais dos municípios que pertencem ao Consórcio e que estarão oferecendo suporte local aos pacientes, através de agenda previamente estabelecida com periodicidade trimestral e conteúdo dividido em módulos de ensino (sem divulgação de marca).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato/Ata de Registro de Preços ou equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



6.3. A execução do Contrato/Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, será acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

FISCAL DESIGNADO	
NOME	CLAUDENIR APARECIDO DE ASSIS
MATRICULA	630043
E-MAIL	claudenir.assis@cisvir.com.br
TELEFONE:	(43) 3033 - 8300

6.3.1. O fiscal do contrato/Ata de Registro de Preços ou equivalente anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato/Ata de Registro de Preços ou equivalente informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados direta e indiretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato/Ata de Registro de Preços ou equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato/Ata de Registro de Preços ou equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.11.1. Verificação das condições do objeto; e

6.11.2. Verificação dos serviços prestados.

6.12. Obriga-se a empresa vencedora:

a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

b) Sujeitar-se às disposições do código de proteção do consumidor, instituído pela lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

c) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

d) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- e)** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- f)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- g)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- h)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- i)** Manter, durante a vigência do Contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção;
- j)** A estender ao objeto do Contrato ou documento equivalente, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- k)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- l)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- m)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;



n) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

6.13. Obriga-se a Administração/Contratante:

- a)** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b)** Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato/Ata de registro de Preços;
- c)** Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d)** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e)** Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f)** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g)** Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h)** Demais condições constantes do edital de licitação.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com a apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada.



7.2. Os valores da(s) Nota(s) Fiscal (is) deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o qual não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição desta(s) Nota(s) Fiscal(is).

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.5. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento definitivo pelo CISVIR, e será feito mediante ordem bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado na proposta de preço e nota fiscal.

7.6. A contratante efetuará o pagamento somente para a empresa contratada, vedada a negociação dos documentos de cobrança com terceiros, ou a sua colocação em cobrança bancária.

7.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal ou crédito existente junto a CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.8. A CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

7.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.10. Será retido o Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

7.11. Uma vez apurado, no curso da contratação, que a CONTRATADA acresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução do objeto, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à mesma.

7.12. Durante a vigência do Contrato ou documento equivalente, o preço inicialmente contratado poderá ser reajustado, devendo-se observar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como limite máximo a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.13. O prazo de resposta para pedidos de reequilíbrio financeiro será de até 30 (trinta) dias a partir da formalização do pedido.

7.14. Caberá a parte que sofrer desequilíbrio comprovar os seguintes requisitos:

I – Fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato/Ata de Registro de Preços ou documento equivalente;

II – que o fato de desequilíbrio seja decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte;

III – que o risco não se encontre entre aqueles atribuídos pela própria parte;

IV – que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente;

V – que o desequilíbrio afeta as condições financeiras da proposta.

7.15. Os demais trâmites pertinentes ao reequilíbrio financeiro se darão em conformidade com o descrito no Capítulo XXVI da Resolução 001/2026 do CISVIR.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica Sistema de Registro de Preços, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.2. Os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, estão definidos em tópicos específicos do Edital deste processo licitatório.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado da contratação: R\$ 11.631.738,00 (onze milhões, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e trinta e oito reais).

9.1.1. Ressalte-se que o valor estimado da presente contratação difere daquele inicialmente indicado no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista que a pesquisa de preços foi realizada e consolidada na fase de elaboração do Termo de Referência, momento em que se obtêm parâmetros mais fidedignos das condições de mercado. Destaca-se que os valores constantes do Documento de Formalização da Demanda e do Estudo Técnico Preliminar possuem caráter meramente estimativo, servindo como referência inicial para análise da viabilidade da contratação, não vinculando a Administração.

9.1.2. Ademais, durante a execução da ata de registro de preços, verificou-se a necessidade de ampliação do rol de itens inicialmente previstos, com a inclusão de novos tipos de bolsas não contemplados na contratação anterior, mas que se mostraram indispensáveis para o adequado atendimento das demandas dos pacientes estomizados assistidos pelo Consórcio. Tal adequação decorre da natureza dinâmica do perfil clínico dos usuários e da necessidade de individualização dos insumos utilizados, não sendo possível, no momento da elaboração do estudo preliminar, prever integralmente todas as variações demandadas.

9.1.3. Além disso, no decorrer da execução contratual anterior, foi possível identificar de forma mais precisa, foi possível identificar de forma mais precisa a demanda efetiva dos itens previstos no Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere a determinados tipos de bolsas, cujos valores não puderam ser estimados com exatidão à época. A experiência prática da contratação anterior evidenciou a necessidade de ajuste e ampliação desses itens, a fim de assegurar o adequado atendimento das demandas dos pacientes estomizados assistidos pelo Consórcio, considerando a variabilidade do perfil clínico e a necessidade de individualização dos insumos.

9.1.4. Dessa forma, a divergência de valores decorre da atualização técnica e econômica do objeto, bem como do seu redimensionamento, refletindo com maior precisão a realidade atual de preços e as efetivas necessidades assistenciais, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e adequada prestação do serviço público.

9.2. Os preços unitários da presente contratação, são aqueles descritos no quadro do item 1.2 deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região - CISVIR, conforme documento anexo.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



RED.	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
22	01.002.0010.0302.0002.2002	3.3.3.90.32.99.00	000	Aquisição de Materiais de Distribuição Gratuita
23	01.002.0010.0302.0002.2002	3.3.3.90.32.99.00	496	Aquisição de Materiais de Distribuição Gratuita

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do orçamento da respectiva e liberação dos da respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades da Administração Pública.

Apucarana-Paraná, 30 de abril de 2026

FERNANDA APARECIDA DE SOUZA GONÇALVES

Elaboração

ROSINEIA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA GARCIA LOPES

Aux. Elaboração

CLAUDENIR APARECIDO DE ASSIS

Aux. Elaboração



ANEXO 2 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região.

A/C Sr^a. Pregoeira

DECLARAÇÃO

A empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXX** por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXXXX**, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico (SRP) N° 000/2026**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

Assinalar com um “X” a condição da empresa.

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.



ANEXO 3 – MODELO DE PROPOSTA

Ao

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região.

A/C Sr^a. Pregoeira

PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 000/2026

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta corrente, agência e respectivo Banco.

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL: Dados do responsável que assinará o instrumento Contratual, compreendendo: Nome, CPF, RG, estado civil, profissão, endereço completo.

IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO: Dados do preposto, que deverá possuir vínculo empregatício com a vencedora da licitação, compreendendo: Nome, CPF, RG, e-mail, telefone para contato direto;

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		UND		R\$	R\$
		UND		R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

DECLARAÇÕES:

1. Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital;
2. Que a proposta de preços terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação;
3. Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega;
4. Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



ANEXO 4 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA HABILITAÇÃO

Ao

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região.

A/C Sr^a. Pregoeira

DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o número **XXXXXXX**, sediada **XXXXXXXXXX**, através de seu representante, Sr(a). **XXXXXXXXXX**, CPF número **XXXXXXX**, RG número **XXXXXXXXXX** na qualidade de proponente do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico (SRP) nº 000/2026**, instaurado pelo CISVIR, declara sob as penas da lei que:

- a) Não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante o CISVIR, bem como não se encontra declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E E CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CISVIR OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO CISVIR, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nessa Declaração.
- e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1064/2026 - Pregão Eletrônico nº XX/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IVAÍ E REGIÃO - CISVIR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.010.042/0001-76, sito a Avenida Santa Catarina nº 1.245, Jardim Apucarana na cidade de Apucarana, estado do Paraná, por intermédio de seu Presidente, Sr. RAFAEL FELIPE CITA, portador da cédula de identidade com RG nº 89.294.410 e CPF nº 064.185.279-76, em pleno exercício de suas funções e de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, sob o número XX/2026, Processo Administrativo nº 1064/2026, com critério de julgamento de menor preço por item, de acordo com as informações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inc. II, 78, IV, e 82 e 87 da Lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o objeto que dispõe sobre o registro de preços para eventual aquisição de equipamentos coletores (bolsas de colostomia/ileostomia, urostomia) e adjuvantes de proteção e segurança, para distribuição gratuita mensal aos pacientes cadastrados no Programa de Ostomizados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

EMPRESA DETENTORA DA ATA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
E-MAIL:	
TELEFONE:	
RESPONSÁVEL LEGAL:	
CPF:	RG:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		UND		R\$	R\$
		UND		R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

1.2. Os quantitativos serão utilizados conforme a necessidade do CISVIR, em contratações fracionadas, de acordo com as demandas dos municípios consorciados, observado o limite máximo registrado para cada item na Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação de quantitativo mínimo

1.3. O valor máximo deste registro de preços é de **R\$ 00.000,00 (XXXXXXXXXX)**.

1.4. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, independente de transcrição, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

1.4.1. Edital e Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

1.4.2. Proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(es) cujo(s) preço(s) consta(m) registrado(s).

1.5. Constitui anexo ao presente instrumento a Ata de formação do Cadastro de Reserva, contendo o registro das licitantes que aceitaram fornecer os bens e materiais no quadro acima pelos preços registrados, porventura tenham havido interessados.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 ano (12 meses), contados a partir da data da sua emissão, podendo ser prorrogado por igual período, sendo reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

2.3. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da Ata de Registro de Preços.

2.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos em lei.

2.5. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, uma única vez.

3. CONTRATAÇÕES FUTURAS

- 3.1.** As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas pelo Consórcio, observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação em vigor.
- 3.2.** Poderá haver, desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, o REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP para o Consórcio, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente.
- 3.3.** Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.
- 3.4.** A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação e seus anexos, ora vinculados.

4. VÍNCULOS DA ARP

- 4.1.** A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 4.2.** O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas Edital e Termo de Referência anexo.

5. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 5.1.** O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente Ata de Registro de Preços obriga-se a:
- 5.1.1.** Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação;

5.1.2. Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente Ata de Registro de Preços, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo Consórcio, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

5.1.3. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados nesta Ata de Registro de Preços, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo Consórcio;

5.1.4. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE referentes às condições firmadas na presente Ata de Registro de Preços;

5.1.5. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

5.1.6. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

5.1.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços;

5.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

5.1.9. Manter durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

5.2. As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro do preço.

5.3. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços.

5.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

6.1. A formalização da Ata de Registro de Preços, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no site cisvir.atende.net.

7. ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, ou outro índice que venha a sucedê-lo, nas seguintes situações:

7.2. Decorridos 90 (noventa) dias do ingresso no sistema de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ata de registro de preços ou solicitar a alteração de seus preços, para mais ou para menos.

7.2.1. A faculdade de exclusão e de alteração dos preços somente poderá ser utilizada quando existirem, no mínimo, 3 (três) fornecedores(as) com preços registrados para o item determinado.

7.2.2. As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do(a) fornecedor(a) honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro do preço.

7.2.3. Quando não couber o disposto neste artigo, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos.

7.2.4. O prazo de resposta para as solicitações de reajuste, reequilíbrio ou repactuação do valor da Ata de registro de Preços será de no mínimo 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

7.3. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

7.4. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção a licitante, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

7.5. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, poderá haver, a critério do Consórcio e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente.

7.5.1. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

7.5.2. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação e seus anexos, ora vinculados.

7.6. Será admitida a alteração da marca pelo(a) fornecedor(a) sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital.

7.6.1. Nos casos de licitações exclusivas para bens pré-qualificados, o(a) fornecedor(a) poderá apresentar marca aprovada no procedimento de pré-qualificação, ainda que a inclusão tenha ocorrido posteriormente à realização do processo licitatório.

7.6.2. Nos processos de contratação que envolvam análises de amostras, o edital estabelecerá que a alteração de marca somente ocorrerá para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, devendo o prazo para a análise estar previsto em edital.

7.6.3. Nas contratações que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, o edital poderá prever, justificadamente, a impossibilidade de alteração da marca.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP.

8.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no tópico 27 do Edital e seus anexos, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

8.2. Caberá ao CISVIR a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços e a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

9. CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ARP

9.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do CISVIR, quando:

9.1.1. Não houver acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas nesta ARP, Lei 14.133/2021, e alterações posteriores.

9.2. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo Consórcio.

9.3. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

9.4. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do Consórcio, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

9.4.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

9.4.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

9.4.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

9.4.4. Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;

9.4.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.6. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do CISVIR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

9.4.7. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.5. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

9.6. O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista nesta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

9.7. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do Consórcio, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

9.8. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Deverá ser entregue o produto/serviço conforme disposto no tópico 5 termo de referência.

11. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme Art. 25, §7º, da Lei 14.133/2021, e incluem todos os custos e despesas com material, transporte, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza, fretes, inclusive o lucro e toda e qualquer outra despesa ou custo advindo do adimplemento da Ata celebrada entre a DETENTORA DA ATA e o Consórcio.

11.2. Nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 14.133/21, o CISVIR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço, mediante processo fundamentado e aceito.

11.3. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal pertinente em nome do CISVIR após a verificação da conformidade dos serviços prestados/produtos fornecidos.

11.4. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto ao Departamento de Contabilidade do CISVIR.

11.5. O pagamento será creditado em favor da DETENTORA DA ATA, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Departamento de Contabilidade em favor da DETENTORA DA ATA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

11.7. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

11.7.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$

$$I = \frac{I}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

11.8. Onde $i = \text{taxa percentual anual no valor de 6\%}$.

11.9. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento das obrigações do CISVIR, será(ão) a(s) Seguinte(s):

Red.	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESPESA	FONTE	OBJETIVO
22	01.002..0010.002.0002.2002	3.3.3.90.32.99.00	000	Aquisição de Materiais de Distribuição Gratuita
23	01.002.0010.0302.0002.2002	3.3.3.90.32.99.00	496	Aquisição de Materiais de Distribuição Gratuita

11.9.1. As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades do CISVIR.

11.9.2. Conforme Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, será retido o Imposto de Renda (IR).

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, e demais legislação pertinente.

12.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Apucarana/Pr.

Apucarana, Paraná - XX de XXXXX de 2026

RAFAEL FELIPE CITA
PRESIDENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

CLAUDENIR APARECIDO DE ASSIS
FISCAL DESIGNADO